

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

IMPACTOS E DESAFIOS DA *ACCOUNTABILITY* EDUCACIONAL NO BRASIL: ENTRE A TRANSPARÊNCIA E AS DISTORÇÕES NO ENSINO¹

Arcielli Royer Nogueira ²

Silvane dos Santos de Moura Macagnan³

Eixo temático: Políticas educacionais e políticas curriculares

A Educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, pois desempenha um papel importante na formação de pessoas e na criação de comunidades mais justas, equitativas e resilientes. A educação atua como uma força transformadora que impulsiona o progresso econômico, social e ambiental ao fornecer o conhecimento, as habilidades e os valores necessários para enfrentar os desafios contemporâneos.

Para isso, buscamos compreender através desta pesquisa as influências da *Accountability* na educação brasileira. O tema desta pesquisa é a política de *Accountability* no contexto educacional, com foco na sua implementação e seus efeitos no Brasil. O objetivo da pesquisa é obter uma contextualização das questões pertinentes à área, utilizando uma abordagem qualitativa e técnicas de revisão bibliográfica e análise documental. A metodologia para realizar esta pesquisa foi revisões de literatura e análises documentais sobre as políticas educacionais mais recentes no Brasil.

O termo *accountability* é de origem estrangeira, inglês, e por não ter uma tradução equivalente na língua portuguesa, no entanto, tem sido utilizada para os contextos de transparência, responsabilidade e prestação de contas. De acordo com Rocha (2013, p. 903), “a

¹ Realizado com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/ Cascavel). arciellir@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/ Cascavel). Silvane.hta@hotmail.com

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

legislação brasileira não se refere expressamente à *accountability*. Nem poderia fazê-lo, dado que este é um termo estrangeiro, não incorporado ao vocabulário nacional”. Contudo, este termo é muito utilizado nas discussões acadêmicas e políticas, quando envolve a responsabilização do serviço público para ser mais transparente para a sociedade.

Oliveira, França-Carvalho e Tavares (2020, p.2050) nos apontam que o termo *Accountability* tem origem da “ política e conceitualmente se refere a algumas características, das quais destacamos o controle da ação governamental, ou seja, os governos devem prestar conta, informarem e justificarem suas ações, podendo sofrer sanções caso não ajam de acordo com as regras estabelecidas”.

A política de responsabilidade (*Accountability*) na educação começou na década de 1980, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, como parte das reformas neoliberais que buscavam maior controle e eficiência nos sistemas públicos, incluindo a educação. A *Accountability* foi a base para práticas de gestão empresarial nas instituições educacionais, focando em resultados medíveis e responsabilização dos atores envolvidos.

Na década 1990, elaborou-se no Brasil o Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB), com isso, introduziu-se a *Accountability*. Com a criação deste sistema de avaliação nacional foi preciso criar um sistema de informações educacionais, e assim, se tornaram estratégicos para a política educacional. Como Oliveira et al (2020) apontam que:

No decorrer dos anos de 1990, acentuadamente no período posterior a 1994, a sociedade brasileira viu ganhar centralidade o tema da qualidade do ensino como objeto de regulação federal, cuja viabilidade exigira o aporte de um sistema de informações educacionais conjugado a um sistema nacional de avaliação, considerados ambos os elementos estratégicos da política educacional no país (Oliveira et al, 2020, p.2051).

Com isso, avaliação do SAEB em meados da década de 2000, passou a avaliar periodicamente o desempenho dos estudantes em Português e Matemática. No ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado para atender a política de *accountability*, com a finalidade de medir a qualidade da educação em diferentes níveis, o qual utiliza os resultados do SAEB com as taxas de aprovação, o que resulta nos índices apresentados



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

pelo IDEB. Este órgão do Ministério da Educação (MEC) passou a ser responsável pela realização das avaliações em larga escala.

De acordo com Bonamino (2002, p. 64), o primeiro ciclo Saep começou em 1990 e foi desenvolvido de forma descentralizada por estados e municípios. Os ciclos de 1990 e 1993 foram criados para o tratamento e a análise dos dados com a ajuda de professores e técnicos das secretarias de educação, usando a descentralização operacional e organizativa. Neste mesmo tempo, as primeiras avaliações de nível estadual começam.

Com a incorporação do conceito de *accountability* nos anos 2000, conforme Fernandes e Gremaud (2020) apontam que:

Os resultados passaram a ser divulgados não apenas para o país e unidades da federação, mas também por redes de ensino e escolas individuais. Esse movimento de avaliação e *accountability* não ficou restrito ao governo federal. Hoje, diversos estados e alguns municípios possuem sistemas próprios de avaliação e programas de *accountability*, incluindo bônus para professores com base no desempenho dos alunos nos exames (Fernandes e Gremaud 2020, p. 1105).

A princípio, os resultados das avaliações educacionais em larga escala foram divulgados apenas para um nível mais amplo de pessoas, como os dados nacionais e estaduais. No entanto, essa prática foi expandida com o tempo, permitindo que os resultados fossem acessíveis às redes de ensino específicas e até às escolas individualmente. O objetivo principal desses sistemas é o de monitorar, avaliar e melhorar a qualidade da educação básica, com foco no desempenho escolar e na equidade educacional.

No entanto, mesmo sendo bastante utilizada a *accountability* nas discussões sobre as políticas públicas, gestão e educação, o termo não apresenta uma tradução direta e precisa em português. De acordo com Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013, p. 745), que “apesar da notoriedade, ainda não existe uma palavra no idioma brasileiro que traduza completamente o termo, gerando uma série de debates e diferentes interpretações sobre o mesmo”. Os termos mais utilizados segundo os autores Pinho e Sacramento (2009), Sacramento (2017), são



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

responsabilidade, responsabilização, controle de poder e transparência. Para Rocha (2013), Fontana e Mezzaroba (2014) e Campagnoni et al. (2016), dizem que o conceito para *accountability* é avaliação e responsabilização. Além de outras conceituações possível, segundo Medeiros, Crantschanonov & Silva (2013, p. 763), afirmam que o uso do termo *accountability* demonstra ser confuso e que “pode-se afirmar que sua conceituação, por vezes, é equivocada (palavras com significação diferente sendo consideradas sinônimas) ou incompleta (a palavra por si só não explica o significado da *accountability*, nem sua complexidade) ”.

Conforme Medeiros, Crantschanonov, & Silva (2013, apud Buta, Teixeira e Schurgelies, 2018 p.47), nos relata que “Diante da deficiência de um significado claro, *accountability* vem sendo relacionada, na literatura acadêmica nacional, principalmente a responsabilização e prestação de contas, envolvendo também, em menor grau, transparência, sanções, controle, supervisão e responsabilidade”.

Com relação a *accountability* educacional, as avaliações em larga escala estão intrinsecamente ligadas a política de responsabilidade educacional (*accountability*), porque são a principal ferramenta para avaliar o desempenho escolar e, portanto, direcionar os planos de melhoria contínua. O impacto da responsabilidade nas práticas pedagógicas, nos resultados educacionais e nas políticas públicas no Brasil é examinado neste estudo.

Os autores Fernandes e Gremaud (2020, p.1107) afirmam que “Por *accountability* educacional, entende-se o processo de avaliar o desempenho de sistemas educacionais, escolas e professores individuais com base em medidas de desempenho dos alunos”. Através da responsabilização, busca garantir que as instituições educacionais atinjam certos padrões de qualidade e que os profissionais da educação estejam sendo treinados em suas práticas pedagógicas para avaliar o desempenho dos alunos. Além disso, a ideia implica que essas avaliações têm consequências. Isso pode incluir a especificação dos resultados, fazer mudanças na educação ou até abordar avaliações ou incentivos com base nos resultados.

Uma inquietação surge com isso, segundo os autores, que as escolas foquem nos resultados, ou seja, em preparar os estudantes para a avaliação, isso sem melhorar a aprendizagem dos alunos. Como o parágrafo abaixo nos aponta que há



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Uma preocupação na avaliação dos programas de accountability é que sua implantação pode levar as escolas a adotar medidas que elevam a pontuação nos exames sem que a aprendizagem seja afetada como, por exemplo, motivar e treinar os estudantes para o teste. Um fenômeno conhecido como inflação de notas (score inflation). (Fernandes e Gremaud 2020, p. 1109).

Ao estarem sob pressão por bons resultados nas avaliações, as escolas podem adotar como estratégia o treinamento intensivo para a realização destes testes. Com isso, as escolas passam a preparar os estudantes para a avaliação em larga escala, através de práticas que habituem os alunos ao formato da avaliação e ensinem o próprio conteúdo exigido pela prova. Com isso, pode-se refletir em pontuações mais elevadas. No entanto, não reflete a realidade de que o aluno esteja adquirindo um conhecimento real ou desenvolvendo habilidades críticas. E assim, mascarar a realidade do ensino e da aprendizagem, e assim, as áreas que precisam de melhorias ficam camufladas por um índice que não representa a realidade educacional.

De acordo a pesquisa de Fernandes e Gremaud (2020), indica que

Os críticos dos programas de accountability levantam uma série de pontos, entre os quais destacam-se: 1) os programas são incompletos, pois não consideram todos os resultados importantes das escolas; 2) suas medidas de aprendizagem são imprecisas; 3) são injustos, ao responsabilizar os educadores por aspectos sobre os quais eles não possuem total controle; e 4) podem gerar distorções como o estreitamento curricular e a exclusão de alunos com maiores dificuldades de aprendizado.(Fernandes e Gremaud, 2020, p.1108).

Com isso, podemos apontar que os testes podem não representar o aprendizado real dos alunos e assim refletir um conhecimento superficial. Uma outra questão a ser pesada, é que pode gerar distorções indesejadas como o foco em matérias que são avaliadas (Português e Matemática), e assim, causando um problema educacional em outras áreas do conhecimento. Outra crítica que podemos levantar, é responsabilização dos educadores, pois há fatores externos que não podem ser controlados, como é o contexto socioeconômico dos alunos.

Na análise das políticas de *accountability* educacional no Brasil foi possível verificar alguns impactos tanto positivos quanto negativos, dentre eles:



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

- Melhoria na transparência e gestão educacional;
- Não ter uma tradução clara para o termo, ou ainda, ter muitos significados para o mesmo termo;
- A inflação de notas;
- O estreitamento curricular.

Com isso, há a necessidade de considerar as implicações dos programas de *accountability* tem nas avaliações em larga escala, e na melhoria dos indicadores e consequentemente no estímulo a cultura de responsabilização.

As limitações e as questões identificadas, como a inflação de notas e o estreitamento curricular, os quais podem refletir uma melhoria artificial na aprendizagem. Mesmo que, através de práticas pedagógicas focadas para os testes para alcançar uma melhor pontuação, isso não assegura que os alunos tenham adquirido o conhecimento de forma adequada e profunda. Em decorrência, o que pode acontecer é o mascaramento do aprendizado real e assim, gerando uma falsa percepção de desenvolvimento educacional.

Outra questão, é analisar como essas práticas impactaram na equidade educacional. E assim, analisar se as políticas de *accountability* auxiliaram na diminuição das desigualdades existentes ou não. E se ao contrário disso, atuou responsabilizando os professores por questões que fogem do controle escolar.

Este estudo abordou o tema da *accountability* educacional no Brasil com o objetivo de avaliar criticamente os efeitos e dificuldades dessa política na educação brasileira. A *accountability* segundo os autores destas tinham como objetivo melhorar o ensino, avaliando os sistemas educacionais, escolas e professores com base no desempenho dos alunos em avaliações padronizadas.

Ao discutirmos tanto os pontos relevante quanto as limitações das políticas de *accountability* no Brasil, notamos que, embora essas políticas contribuíssem para uma maior transparência, apresentam também o foco na melhoria dos resultados educacionais. Mas,

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

geraram preocupações significativas quanto ao foco nos resultados, na inflação de notas e o estreitamento curricular.

Chegamos à conclusão que, é necessário um equilíbrio entre a *accountability* e a promoção da educação que vá além das métricas quantitativas, incluindo o desenvolvimento integral dos alunos e respeitando as particularidades do Brasil para que a política de *accountability* educacional seja realmente eficaz. Em última análise, que o sistema educacional brasileiro seja construído de forma que promova a *accountability* e a melhoria contínua. Assegurando a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes. Que haja um fortalecimento da educação como um todo, que ocorra a valorização do professor e que o plano nacional de educação saia do papel para real efetivação.

Palavras-chave: Responsabilização Educacional; Accountability; Avaliação em Larga Escala; Políticas Educacionais Brasileiras.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. *Tempos de avaliação educacional* Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; SCHURGELIES, Vinicius. *accountability nos atos da administração pública federal*. **Revista Pretexto**, p. 46-62, 2018.

Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/accountability_nos_atos_da_administracao_publica_federal_brasileira.pdf Acesso em: 19 Ago 2024.

CAMPAGNONI, M.; CARVALHO, R. D.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. *Transparência no Poder Legislativo Municipal: uma Análise dos Portais Eletrônicos das Câmaras de Vereadores das Capitais Brasileiras*. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 9, n. 1, p. 21-42, 2016.

DE OLIVEIRA, Luisa Xavier; FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva; DO NASCIMENTO TAVARES, Andrezza Maria Batista. *Política de responsabilização escolar (accountability school) e formação de professor: cenários e atores na avaliação educacional brasileira*. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2049-2065, 2020.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13887/9568>

Acesso em: 19 Ago 2024.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 1, p. 1103-1137, 2020.

FONTANA, Odisséia Aparecida Paludo; MEZZARROBA, Orides. **Aplicação da Accountability nos atos e atribuições do Conselho Nacional de Justiça**. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 31 – 51.

MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SILVA, Fernanda Cristina da. Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 745-775, 2013.

ROCHA, Arlindo Carvalho. A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 901-926, 2013.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability no Brasil: um estudo sobre o papel de organizações da sociedade civil para combater e controlar a corrupção. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24537/1/ANA%20RITA%20SACRAMENTO.pdf>
Acesso em: 23 Ago 2024.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de administração pública**, v. 43, p. 1343-1368, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/g3xgtqkwFJS93RSnHFTsPDN/abstract/?lang=pt> Acesso em: 19 Ago 2024.

